# A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA

ERIKA ROBERTA DE OLIVEIRA

RESUMO

O ensino de Libras pode ser dividido em duas categorias: para as pessoas surdas ou para as pessoas ouvintes. Muitas pessoas surdas nunca aprenderam Libras formalmente. Isso ocorre porque elas normalmente são as primeiras da família com surdez, então ninguém do seu entorno tem contato com o idioma. Outras vezes, ocorre por conta do ouvintismo presente na sociedade, que impede as pessoas surdas de aprenderem a língua de sinais, e as faz se adaptar à língua falada de seu país. No caso do Brasil, o português. O ensino focado nas pessoas da própria comunidade surda muitas vezes é feito direcionado para crianças que não possuem o domínio da língua de sinais. Dessa forma, as escolas devem se preocupar em criar ambientes propícios para o aprendizado da Libras em primeiro lugar, e só depois para o ensino do português. Agora, ensinar Libras para pessoas ouvintes é um outro processo, mas também muito importante! Vamos falar mais sobre esse tema ao longo deste artigo. De qualquer forma, o que você já precisa entender é que o foco do ensino de Libras é promover uma melhor comunicação e acesso à informação para as pessoas da comunidade surda. O objetivo deste trabalho é mostrar a importância das LIBRAS para o desenvolvimento do surdo partindo da constatação de que a língua natural dos surdos é a língua de sinais, grande parte desses surdos vêm de lares de pais ouvintes, o que enfatiza ainda mais a importância e necessidade de o uso do ensino da mesma no contexto escolar, promovendo a acessibilidade do mesmo em classe de ensino regular para que possa adquirir incentivos a autonomia e o espírito crítico criativo e passe a exercer a sua cidadania.

PALAVRAS – CHAVE: Inclusão, língua de sinais, educação de surdos, ensino de LIBRAS.

ABSTRACT

Libras teaching can be divided into two categories: for deaf people or for hearing people. Many deaf people have never formally learned Libras. This is because they are usually the first in their family to be deaf, so no one around them has any contact with the language. Other times, it is due to hearing bias in society, which prevents deaf people from learning sign language and forces them to adapt to the spoken language of their country. In the case of Brazil, Portuguese. Teaching focused on people from the deaf community itself is often directed at children who do not have a command of sign language. Therefore, schools must be concerned with creating environments that are conducive to learning Libras first, and only then to teaching Portuguese. Now, teaching Libras to hearing people is another process, but also very important! We will talk more about this topic throughout this article. In any case, what you already need to understand is that the focus of teaching Libras is to promote better communication and access to information for people in the deaf community.The objective of this work is to show the importance of LIBRAS for the development of the deaf, starting from the observation that the natural language of the deaf is sign language, most of these deaf people come from hearing parents, which emphasizes even more the importance and necessity of using the teaching of the same in the school context, promoting its accessibility in the regular teaching class so that it can acquire incentives for autonomy and creative critical spirit and start to exercise its citizenship.

KEYWORDS: Inclusion, sign language, education for the deaf, hearing impaired, teaching LIBRAS.

## INTRODUÇÃO

A linguagem, portanto, tem um grande significado social, ela proporciona ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um grupo ao mesmo tempo em que constituem a sua singularidade. “A linguagem é um poderoso instrumento de interação social, desenvol-

vimental e significação humana." Por isso aprender libras para os surdos, faz com que eles se sintam cidadãos, que fazendo parte da sociedade, é o grito dos surdos na sociedade dizendo que "eu existo".
Na discussão sobre a educação dos surdos, devem-se relevar as necessidades e dificuldades linguísticas dos mesmos. Atualmente, entende-se, na educação desses alunos, a primeira língua deve ser a de sinais, pois possibilitam a comunicação inicial na escola em que eles são estimulados a se desenvolver, uma vez que os surdos possuem certo bloqueio para a aquisição natural da linguagem oral.
Diante de tais reflexões o objetivo é evidenciar a importância da língua de sinais na educação do sujeito surdo em classes regulares.
A utilização da língua de sinais vem sendo reconhecida como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam não de forma oral, mas visual. Esse tipo de linguagem, assim como a oral possui riquezas linguísticas e oferece as mesmas possibilidades de constituição de significados, além de cumprir um papel fundamental na educação dos surdos, não podendo ser ignorado pela escola no processo ensino e aprendizagem deste educando e constitui uma base para sua comunicação.
O ensino de libras vem sendo reconhecido como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam.
Essa linguagem é um elemento essencial para a comunicação e fortalecimento de uma identidade Surda no Brasil e, dessa forma, a escola não pode ignorar no processo de ensino aprendizagem.
A educação inclusiva se orienta pela perspectiva da diversidade, com metodologias e estratégias diferenciadas, com responsabilidade compartilhada, cuja capacitação do professor passa pelo conhecimento sobre a diversidade, com a família, responsabilidade para com o exercício da profissão. As transformações acontecem na atividade principal, quando o aluno está dentro da sala de aula.
A principal função da escola é possibilitar ao aluno adequar-se ao conhecimento ensinado pelo professor. Neste processo de ensino aprendizagem, os conceitos oferecidos pela escola interagem com os conceitos do senso comum aprendidos no cotidiano e, nessa interação é que a escola reorganiza os ensinamentos modificando-os, que se consolidam a partir do senso comum.

LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS
A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é utilizada por deficientes auditivos para a comunicação entre eles e entre surdos e ouvintes. Para melhor nos inteirarmos dessa realidade é interessante que essa linguagem se faça conhecer, e que haja uma procura por ela com o interesse de aprendê-la.
A Libra é uma das linguagens de sinais existentes no mundo inteiro para a comunicação entre surdos. Ela tem origem na Linguagem de Sinais Francesa. As linguagens de sinais não são universais, elas possuem sua própria estrutura de país pra país e diferem até mesmo de região pra região de um mesmo país, dependendo da cultura daquele determinado local para construir suas expressões ou regionalismos.
Para determinar o seu significado, os sinais possuem alguns parâmetros para a sua formação, como por exemplo a localização das mãos em relação ao corpo, a expressão facial, a movimentação que se faz ou não na hora de produzir o sinal, etc.
Há algumas particularidades simples, que facilitam o entendimento da língua, como o fato de os verbos aparecerem todos no infinitivo e os pronomes pessoais não serem representados, sendo necessário apontar a pessoa de quem se fala para ser entendido. Há ainda algumas palavras que não tem sinal correspondente, como é o caso dos nomes próprios. Nessa situação, as letras são sinalizadas uma a uma para expressar tal palavra.
A libra, não é apenas uma linguagem, uma vez que prestam as mesmas funções das línguas orais, pois ela possui todos os níveis linguísticos e como toda língua de sinais, a Libra é uma língua de modalidade visual-

-gestual, não estabelecida através do canal oral, mas através da visão e da utilização do espaço.
Como a língua de sinais se desenvolve de forma, é lógico e aceitável que os surdos se comuniquem naturalmente utilizando as mãos, cabeça e outras partes do corpo, por estarem privados da audição.
Para Felipe (1998), pesquisas sobre as línguas de sinais vêm mostrando que essas línguas são tão compatíveis quanto em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais. Elas expressam ideias sutis, complexas e abstratas. Os seus usuários podem discutir filosofia, literatura ou política, além de esportes, trabalho, moda e utilizá-las com função estética para fazer poesias, teatro e humor.
A Língua Brasileira de Sinais é uma língua natural, porque, como as línguas orais surgiram espontaneamente da interação entre pessoas, além de poderem expressar qualquer conceito do concreto ao abstrato.
Considera-se que a Libras é ou deve ser a língua materna dos Surdos brasileiros, porque tendo os Surdos bloqueios para aquisição espontânea de qualquer língua natural oral, eles só vão ter acesso a uma língua materna que não seja veiculada através do canal oral-auditivo.
Os processos de desenvolvimento da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente tornando-se necessário desenvolver alternativas que possibilitem os alunos com surdez adquirir linguagem aperfeiçoando esse potencial.
Quando uma criança surda tem acesso a sua língua natural, ou seja, a língua de sinais, ela se desenvolve integralmente, pois tem inteligência semelhante à dos ouvintes, diferindo apenas na forma como aprendem que é visual e não oral-auditiva. No entanto, a maioria das crianças surdas vêm de famílias ouvintes que não dominam a língua de sinais, e por isso, é essencial a imersão escolar na primeira língua das crianças surdas, já que essa aquisição da linguagem permite o desenvolvimento das funções cognitivas.
Atualmente, no Brasil, muitas escolas vêm implementando uma proposta bilíngue na educação dos surdos, ou seja, aprendizado da Libra e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Isto tem sido o resultado de lutas dos surdos brasileiros por uma educação que atenda de forma eficaz suas necessidades linguísticas.
Não se sabe ao certo onde surgiu a língua de sinais nas comunidades surdas, mas foram criadas por homens que tentaram recuperar a comunicação através dos demais canais por terem um impedimento auditivo. Não existem registros oficiais do surgimento da língua de sinais no mundo. Alguns educadores, mesmo fracassando, não mediam esforços para fazer os surdos falarem, inclusive no Brasil, já outros, criavam adaptações técnicas e metodologia específica para ensinar os surdos levando em consideração as suas diferenças linguísticas. No entanto, vários surdos sinalizavam entre si, criando um momento propício para a constituição de uma língua de sinais.

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade não requer apenas acessibilidade de locomoção. Requer, também, aceitação social e a garantia de que ela ocorra.
A criança, ao ser diagnosticada com qualquer tipo de deficiência, seja ela intelectual, física ou auditiva, têm direitos semelhantes às demais. Além disso, o cuidado especial destinado a ela, principalmente no que diz respeito à educação, é um dever do Estado e um direito previsto em lei.
Para garantir a assimilação de conceitos, a criança que possui necessidades especiais terá direito de participar do desenvolvimento de atividades tanto na Educação Regular, quanto em Escolas de Educação Especial. A escolha do tipo de educação a ela destinada é de responsabilidade dos responsáveis legais e deve ser pautada a partir da filosofia que a Instituição de Ensino deseja desenvolver.
A educação, portanto, mais do que assegurar a aprendizagem daquele que a utiliza, é uma forma de garantir a integração e aceitação social, sendo o primeiro passo para que a sociedade reconheça seus direitos e seu papel como cidadão.
Os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral, o que difere é o atendimento, que passa ser de acordo

com as diferenças individuais do educando.
Existem três categorias na educação especial: Na categoria dos dependentes, estão aqueles atendidos somente em clínicas, pois, dependem totalmente de serviços necessários para sua total sobrevivência, não conseguem ter hábitos higiênicos, não conseguem se vestir, necessitando de um acompanhamento de 24 horas.
Na categoria dos treináveis, estão aqueles que frequentam escolas especiais, eles já conseguem se defender dos perigos, repartir e respeitar os outros, já adquirem hábitos rotineiros de higiene, necessitando somente de ajuda e supervisão. E na maioria dos casos, o retardo é identificado nos primeiros anos de vida.
Na categoria dos educáveis, estão aqueles que frequentam classes especiais, esses já possuem vocabulário suficiente para a vida diária, e habilidade de adaptação pessoal e social, geralmente essas crianças atingem na fase adulta, uma idade de desenvolvimento mental entre sete e doze anos.
A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àqueles com deficiências.
O primeiro desafio da nova reforma do ensino demanda um intenso trabalho de conscientização da necessidade da integração do portador de necessidades especiais na escola regular e supõem o desenvolvimento de um programa de conscientização de professores, técnicos, auxiliares, famílias e comunidade sobre a integração. É que não basta que os professores que vão receber crianças com necessidades especiais em suas classes sejam sensibilizados, é preciso que a escola como um todo se conscientize dessa nova missão. Frente a todas as dificuldades para implementação da Escola Inclusiva no Brasil está a convivência entre alunos deficientes e não deficientes que têm a possibilidade de aprender a conviver com as diferenças presentes na coletividade.
A Lei 9394/96, no capítulo V, artigo 58, coloca que os portadores de necessidades educativas especiais devem ser atendidos preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, haverá serviços de apoios especializados, para atender as peculiaridades da clientela. Os demais artigos deste capítulo da lei também falam da Educação Especial.
Querendo agir no sentido de acabar com a discriminação sofrida pelas pessoas portadoras de necessidades especiais. Nos Princípios Básicos da educação Especial está expressa a preocupação com o desenvolvimento integral do educando e, acima de tudo, respeitando-o e proporcionando uma educação de qualidade visando torná-lo um indivíduo produtivo na sociedade em que vive. Coloca a importância da educação se assentar em princípios democráticos alicerçados na dignidade, liberdade e igualdade.
Necessidades educacionais especiais é uma expressão que foi consagrada na Declaração de Salamanca (1994) e referem-se a todas as crianças, jovens e adultos que durante sua vida escolar apresentam alterações no processo de aprendizagem, temporárias ou permanentes, que requerem das escolas decisões e atitudes diferenciadas daquelas que usualmente ocorrem para o conjunto dos alunos.
Falar sobre a inclusão de alunos com deficiências na educação regular requer que se olhe para esta questão sob diferentes aspectos, para que não se seja simplista é preciso olhar pelos aspectos político, conceitual e pedagógico.
A Educação tem, hoje, na perspectiva da inclusão, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais. Tudo indica para a necessidade de mudança.
O maior desafio para a escola neste início de século é cumprir com eficiência a proposta de inclusão, ou seja, desenvolver um trabalho visando à educação para todos. Os tempos estão mudando e hoje já se encontram nas salas de ensino regular muitos alunos com deficiências sensoriais, físicas ou mentais ao lado de crianças e adolescentes considerados normais. São as "escolas para todos", nas quais se reconhecem e se respeitam às diferenças, buscando promover a aprendizagem e atender às necessidades de

iguais e desiguais.
A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96 estabelece que "(...) todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças (...)", acreditando que "todos os educados são capazes de aprender". O direito à cidadania de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais está sendo garantido, porém nem sempre foi assim.
Esse movimento demorou anos e está sendo construído em vários momentos históricos sobre os quais se faz a seguir um breve relato. O ano de 1981 foi o marco inicial do conceito da sociedade inclusiva com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. 1983 a 1992 seguiram-se a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência.
Na cidade de Jontiem, na Tailândia, em 1990, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, onde se observaram o esforço coletivo de vários organismos internacionais visando assegurar educação básica de qualidade para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos. Neste grandioso evento, a UNESCO garante a democratização da educação sem levar em conta às particularidades dos alunos, mas sim suas potencialidades.
Após esse encontro na Tailândia, acontece, em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, um encontro onde foi elaborada a "Declaração de Salamanca" que fala sobre os princípios, a política e a prática da educação para necessidades especiais.
Também este documento evidencia a necessidade de dar-se às escolas condições para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais. Esses acontecimentos internacionais ocorreram no período entre a promulgação da Constituição Federal (1988) e a LDB (1996) e o Brasil se fez presente em Jontiem e também em Salamanca, assumindo o compromisso de mudar sua política educacional.
Essa intenção pode ser observada na Constituição Federal no artigo 208 (III) que garante aos portadores de necessidades educacionais especiais "atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino". A preocupação com o respeito e a diversidade humana está evidenciada em vários documentos publicados pelo MEC. No PCN - Com os novos paradigmas, as pessoas com deficiência têm sido vistas de forma diferente, observa-se que estas pessoas podem ser participativas e capazes e, portanto, devem ser respeitadas e valorizadas em suas diferenças e que as oportunidades de desenvolvimento precisam ser oferecidas e elas.
A inclusão não deve ocorrer só na escola, antes da criança vir para a escola ela deve estar totalmente incluída na família, na comunidade, na igreja, praça, parquinho, entre outros segmentos da sociedade, pois só assim será possível alcançar um desenvolvimento global e harmonioso. Ao ingressar na escola regular, a criança surda enfrenta seu maior problema. Quando a criança surda entra na escola e tem o conhecimento à língua dos sinais terá maior facilidade desenvolver-se, pois poderá comunicar-se com os demais alunos utilizando dessa linguagem. Porém nem todas as crianças terão acesso a essa aprendizagem fora da escola.

## O USO DE LIBRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Todas as pessoas têm o direito de estar na escola (Constituição Federal, Art. 205), assim Ferreira (1999) define a escola como um estabelecimento público onde se ministra o ensino de forma coletiva, porém em sua essência a escola.
Percebe-se então que a escola é muito importante na formação do sujeito em todos os aspectos. É um lugar de aprendizagem de diferenças e de trocas de conhecimentos, precisando, portanto, atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões (Carvalho, 2004).
A Declaração de Salamanca (1994) prevê uma educação inclusiva onde todas as crianças possam aprender juntas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, raciais, linguísticas ou outras. No caso do surdo sua educação é prevista em sua língua nacional de signos, a língua de sinais.
Já a LDBEN/96 (Lei das Diretrizes Bases da Educação Nacional de 1996), fundamentada em Salamanca (1994) e na Constituição Fe-

deral de 1988, traz em seus artigos especificamente 58 e 59, fundamentos e princípios para uma educação inclusiva de qualidade que atenda a todos os educandos através de adequações específicas para atender as necessidades dos portadores de deficiências.

Para Carvalho (2004) não basta apenas colocar os deficientes em classes regulares, se faz necessário assegurar-lhes garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação inclusiva, marginal e excludente.

Na educação dos surdos, o que lhes constitui uma barreira de aprendizagem diz respeito às questões referentes à sua linguagem. Estes sujeitos não ouvem, por isso, têm grandes dificuldades em se comunicar e aprender, embora sejam iguais aos ouvintes, as precisam de uma educação diferente que o respeite na sua diferença.

Atualmente no Brasil há um crescente discurso sobre a educação bilíngue para surdos. O termo bilinguismo significa "utilização regular de duas línguas por indivíduos, ou comunidade, como resultado de contato linguístico" (Ferreira, 1999, p. 300). Ser bilíngue, portanto é falar e escrever em duas línguas.

O surdo tem direito a esta educação e a mesma deve acontecer de maneira que, segundo Quadros, (2006) o português deveria ser ensinado aos surdos como segunda língua. Dessa forma a escola deveria apresentar alternativas voltadas às necessidades linguísticas dos surdos, promovendo estratégias que permitam a aquisição e o desenvolvimento da língua de sinais, como primeira língua e, paralelamente, introduzir a língua portuguesa em sua modalidade escrita, como segunda língua.

A escola é muito importante na formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. É um lugar de aprendizagem, de diferenças e de trocas de conhecimento, precisando, portanto atender a todos sem distinção, a, fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões.

Vários são os dispositivos legais que preveem organização especial de currículos, desenvolvimento de métodos, técnicas e recursos educativos, além de professores especializados e capacitados. No caso dos surdos, trata-se de promover adequações nas ações educacionais à realidade destes sujeitos que têm ou deveriam ter a língua de sinais como língua materna.

A Declaração de Salamanca (1994) prevê uma educação inclusiva onde todas as crianças podem aprender juntas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, raciais, linguísticas ou outras. No caso do surdo, sua educação é prevista em sua língua nacional de signos, a língua de sinais.

Na educação de surdos, o que pode constituir uma barreira no que diz respeito ao seu desempenho na aprendizagem, está relacionado com questões referente à sua linguagem. Não basta somente que o surdo seja incluído em salas do ensino regular, mas principalmente que sejam atendidos nas suas necessidades linguísticas. Portanto, os surdos precisam de uma educação que os respeite nas suas diferenças.

Para Carvalho (2004) não basta colocar as pessoas com deficiência em classes regulares, se faz necessário assegurar-lhes garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação excludente.

Diferentemente dos ouvintes, grande parte das crianças surdas entram na escola sem aquisição de língua, uma vez que a maioria delas vem de famílias ouvintes que não sabem a língua de sinais, portanto, a necessidade que a LIBRAS seja, no contexto escolar, não só língua de instrução, mas, disciplina a ser ensinada.

Por isso é imprescindível que o ensino de LIBRAS seja incluído nas séries iniciais do ensino fundamental para que o surdo possa adquirir uma língua e posteriormente receber informações escolares em língua de sinais.

O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, o seu uso por toda comunidade escolar (surdos e ouvintes) promove a comunicação e interação entre os mesmo, por isso o ensino da Libra pode ser estendido aos alunos ouvintes.

Por isso não basta somente a escola colocar duas línguas nas classes, é preciso que haja a adequação curricular necessária, apoio para os profissionais especializados para fa-

vorecer surdos e ouvintes, a fim de tornar o ensino apropriado a particularidade de cada aluno.

Segundo SKLIAR (2005, p. 27): "Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas".

As diferentes formas de proporcionar uma educação às crianças de uma escola, dependem das decisões político-pedagógicas adotadas pela escola. Ao optar por essa educação, o estabelecimento de ensino assume uma política em que duas línguas passarão a ser exercitadas no espaço escolar.

Para tornar a escola um espaço aberto e adequado ao ensino inclusivo, é preciso que haja uma verdadeira inclusão. É importante frisar que segundo a lei brasileira é previsto a presença de interpretes de libras nas diferentes instituições sociais, como por exemplo, escolas, universidades, programas de televisão, palestras, eventos sociais entre outros. O que por sua vez facilita a melhor compreensão entre surdos e ouvintes.

É notório perceber que a exclusão ainda existe, mas através da educação inclusiva no que se discute acerca da inserção de alunos com deficiência auditiva é importante que a criança seja inserida em um sistema comunicativo em que sinais e falas estejam presentes, para abrir a possibilidade do diálogo e da representação na criança surda.

O uso de comunicação alternativa em sala de aula (desenhos, mímicas e expressão corporal) auxilia o professor que não domina as técnicas da libras. No que se refere à avaliação deve acontecer de acordo com as necessidades do aluno, considerando mais o conteúdo do que a forma com a qual a criança se expressa.

A linguagem de sinais é sem dúvidas um elemento fundamental para a comunicação e fortalecimento de uma identidade surda, e a escola não pode ignorar esse processo de ensino aprendizagem. Todavia a escola deve possibilitar ao aluno adequar-se ao conhecimento passado pelo professor.

Como mesmo consta na Constituição da República Federativa do Brasil, III, Art. 205 "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

De acordo com Quadros (1997), no Brasil as crianças surdas geralmente não têm acesso a uma educação especializada, e é comum encontrarmos surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com a série.

Portanto a utilização das Libras deve ser cada vez mais incentivada na sociedade e não utilizada apenas em algumas instituições escolares, pois esta possibilita o surdo a interagir em sociedade, construir sua identidade, colaborando ainda para a melhoria da qualidade de vida da população surda, além de assegurar os direitos como cidadão e o respeito às diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Libras representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno. Logo, é imprescindível para a criança surda e para sua família que o contato com a língua de sinais seja estabelecido o mais rápido possível, pois quando a família aceita a surdez e a Libras como uma modalidade comunicativa importante e passa a utilizá-la com a criança, esta irá apresentar condição para realizar novas aquisições, impulsionando seu desenvolvimento linguístico.

Com essa pesquisa concluímos que a cultura surda refere-se aos códigos próprios dos surdos, suas formas de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos constituem grupos sociais que têm interesses, objetivos, lutas e direitos em comum, e ainda terão de lutar por muito tempo para mudar a visão social ouvinte da surdez e, sobretudo para exercer plenamente sua cidadania e liberdade de decidir. Daí a importância da formação consciente das crianças surdas, que a partir do acesso a sua língua natural terá possibilidades distintas no seu desenvolvimento global, equipando-se para a busca da sua cidadania.

Portanto, a família, exerce um papel determinante para o estabelecimento da língua de sinais como língua funcionante no discur-

so da criança surda nos primeiros anos de vida. Quando a criança não recebe o suporte familiar, apresentará, muitas vezes, resultados insatisfatórios quanto ao desenvolvimento da linguagem e da comunicação, o que irá afetá-la emocionalmente. A família é o alicerce para a criança, e quando esta base não está firme gera comportamentos agressivos e frustrações.

Autores afirmam que as crianças surdas deveriam ter acesso à língua de sinais da mesma forma que as crianças ouvintes, ou seja, de forma natural, espontânea, seguindo as mesmas etapas. Isso poderá acontecer se a criança surda viver num ambiente em que as pessoas que convivem com ela utilizem a língua de sinais, neste caso em especial, a família e a escola.

Desta maneira, este artigo reafirma que a inclusão de alunos surdos na sala de aula do ensino comum é uma proposta não relacionada somente com as questões da surdez, mas com questões que envolvem uma diferença diversificada num sentido de que outros caminhos pedagógicos devem ser trilhados para que estes alunos possam vir a constituir-se como um sujeito surdo pertencente a uma sociedade cuja maioria é de ouvintes. Dentre estes ouvintes, outras diferenças também existem, pois vivemos em uma sociedade que também não reconhece as necessidades dos ouvintes, não tem um olhar para suas particularidades.

Há muito que se fazer ainda no que se diz respeito sobre a educação especial. As instituições de ensino precisam proporcionar mais recursos linguísticos para os deficientes auditivos para que eles possam se desenvolver de forma autônoma, preparando - se para os desafios do cotidiano fazendo a diferença.

Desta forma, será no cotidiano da inclusão escolar, através das experiências e reflexões das mesmas, que se estabelecerá no processo social, as maneiras para a inclusão e quais serão as propostas pedagógicas utilizadas para o ensino das crianças com necessidades educativas especiais.

As políticas educacionais precisam reconhecer as diferenças para garantir a educação como direito humano. A proposta seria pensar em uma educação possível para os surdos considerando as peculiaridades das suas experiências visuais, pensando em qual a inclusão que se pretendemos para os surdos; frequência à classe regular ou acesso ao conhecimento e desenvolvimento do seu potencial cognitivo, colocando o indivíduo em primeiro plano, considerando todas as suas necessidades educacionais visando seu desenvolvimento pleno das capacidades intelectuais.

REFERÊNCIAS


BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Degrau cultural 1988.

BRASIL, Congresso nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394 e 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 14 de setembro de 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. Porto Alegre, Mediação, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, Espanha, 1994, disponível em HTTP: //portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf acesso em 30 de maio de 2009.

FELIPE, Tânia A. Introdução à Gramática da LIBRAS (Série Atualidades Pedagógicas). In: Brasil, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 1997

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1999.

QUADROS, Ronice Muller, SHIMIEDT, Magali L.P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R.M. de. & PERLIN, Gladis T.T. Educação de Surdos em Escola Inclusiva? Rev. Espaço: Informe técnico científico do INES. Rio de Janeiro, n.7 p. 35-40, junho, 1997.

SKLIAR, Carlos; A Surdez, um olhar sobre as diferenças. 3ª edição; ed. Mediação – Porto Alegre – RS – 2005.

http://matematicauab2009.blogspot.com.br/2013/03/a-importancia-do-ensino-de-libras-na.html.

http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-ensino-da-libras-lingua-brasileira-de-sinais-nas-escolas-de-ensino-fundamental/25014/#ixzz2Ct0MvjJr.

http://www.pedagogia.com.br/artigos/educacaoespecialinclusao/index.php?pagina=4.